

**O ESTADO NOVO E OS ARQUIVOS PÚBLICOS**  
**FONTES, REFLEXÕES E UM POUCO DE HISTÓRIA**  
**THE ESTADO NOVO AND THE PUBLIC ARCHIVES**  
**SOURCES, REFLECTIONS AND A LITTLE BIT OF HISTORY**

**MARCELO THADEU QUINTANILHA MARTINS** | Bacharel e doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em Propaganda e Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e em Arquivística pela Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP). Atualmente, é diretor-técnico do Centro de Acervo Permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apeesp).

**RESUMO**

Este artigo avalia o impacto do Estado Novo na produção documental e nos arquivos públicos, a partir da pesquisa sobre o Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apeesp). O descaso com essa instituição revela um regime fundamentalmente ditatorial e de publicidade, que desprezava o passado, comemorava o presente e prometia um futuro radiante, produzido pelos órgãos de propaganda oficial.

*Palavras-chave: arquivos públicos; Estado Novo; documento; administração.*

**ABSTRACT**

This paper surveys the impact of the Estado Novo on documentary production and on the public archives, dealing with the Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apeesp). The neglect with this institution reveals a regime highly dictatorial and propagandistic, which undervalues the past, celebrates the present and promises an effulgent future, produced by the official advertising agencies.

*Keywords: public archives; Estado Novo; record; administration.*

**RESUMEN**

Este artículo examina el impacto del Estado Novo en la producción de documentos y en los archivos públicos, tratando del Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apeesp). Su abandono revela un régimen esencialmente dictatorial y propagandístico, que despreciaba el pasado, celebraba el presente y prometía un futuro brillante, por medio de la propaganda producida a través de los órganos oficiales.

*Palabras clave: archivos públicos; Estado Novo; documento; administración.*

Nenhum historiador desconhece que o Estado Novo deixou marcas profundas no Brasil (Capelato, 2003; Napolitano, 2016), mas poucos fazem ideia do seu impacto nos arquivos públicos. Apoiado em uma máquina estatal azeitada, esse regime expandiu suas diretrizes de governo por todos os estados e territórios do país, utilizando-se de interventores escolhidos a dedo pelo chefe da nação. Assim, o historiador que pretende revisitar o período varguista, do golpe de 1937 ao golpe de 1945, tem nos arquivos públicos estaduais um campo fértil para pesquisa.

Neste artigo, pretendo explorar alguns conjuntos documentais custodiados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), produzidos durante o Estado Novo, que apontam algumas das funções que os geraram, como vigilância, propaganda e promoção do desenvolvimento econômico, três pilares do então novo regime. Identificar a função de cada documento, compreendendo seu contexto de produção, é uma prática usual do arquivista, que pode servir para o historiador refinar seu exercício de crítica das fontes. Porém, o ponto central do artigo é o próprio Apesp, que entre 1936 e 1945 perdeu gradualmente sua funcionalidade, inclusive seu edifício na rua Visconde do Rio Branco. O descaso com a instituição revela que o arquivo pouco tinha a contribuir com um regime que desprezava o passado, comemorava o presente e prometia um futuro radiante pelas lentes da propaganda oficial. Considerado um ônus para a administração pública, que investia pesadamente em comemorações cívicas para enaltecer os líderes da nação, o Apesp minguiu até perder o espaço de guarda dos seus documentos.

Não foi assim em todos os países que adotaram regimes autoritários de direita, no contexto pós-Primeira Guerra Mundial. Os regimes franquista, na Espanha, salazarista, em Portugal, e fascista, na Itália, prestigiaram seus arquivos, buscando reviver um passado glorioso há muito desaparecido (José Generele, 1998; Falcone, 2006). Roosevelt criou o Arquivo Nacional dos Estados Unidos em 1934, construindo um prédio suntuoso para abrigar os documentos da nação, entre eles a Declaração de Independência, de 1776, a Constituição de 1787 e as emendas com os direitos e liberdades individuais, de 1791. Mas os EUA eram uma democracia e o presidente estava dialogando com diversos setores da sociedade, inclusive com a American Historical Association, buscando apoio para o seu *New Deal* (Tyrrell, 2005, p. 177). Ainda assim, o Arquivo Nacional norte-americano era dirigido por bibliotecários e tinha pouca influência dentro da administração (Berner, 1983). Na Alemanha, Hitler não interferiu no Arquivo do Estado da Prússia nem nos arquivos provinciais, mas promoveu uma intensa perseguição aos seus funcionários judeus (Munden, 2006). No Brasil, José Honório Rodrigues escreveu que o Arquivo Nacional (AN) “ficou estagnado, impermeável à iniciativa, como um modelo de instituição arcaica, um fantasma de outros tempos” (Rodrigues, 1959, p. 10). Já em São Paulo, o Apesp foi praticamente alijado da administração, enquanto outros órgãos – necessários para equipar o Estado com instrumentos de controle social e econômico – prosperaram, dobrando o número de servidores estaduais (Santos, 2014, p. 19) e produzindo milhões de documentos que acabariam por fazer parte do acervo do arquivo paulista décadas mais tarde.

Um desses órgãos, criado durante o Estado Novo para preparar material de propaganda e controlar todas as matérias da imprensa escrita e falada, foi o Departamento Estadual de

Imprensa e Propaganda (Deip). Em 1941, Getúlio Vargas criou, em cada estado, um departamento desse tipo para centralizar e coordenar a publicidade produzida pelo seu órgão maior, o Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda (DIP), servindo ainda para divulgar as ações dos seus interventores, bem como auxiliar na coleta de informações para os ministérios.<sup>1</sup> Dotado de verbas extraordinárias, o Deip empregou intelectuais afinados com o Estado Novo, como Cândido Mota Filho, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia. Em 1945, nos estertores do regime, esse órgão foi extinto, criando-se em seu lugar o Departamento Estadual de Informações (DEI). Este herdou as mesmas atribuições do anterior, mas dessa vez sem vínculos com o governo federal.<sup>2</sup> Subordinado à Secretaria de Governo para, entre outros serviços, “prestar informações de interesse público sobre as realizações do governo e do povo paulista”, o DEI acabou extinto em 1948.<sup>3</sup> Em 1960, o que restou do acervo desse departamento foi transferido da Secretaria de Governo para o Apesp, e recolhido ao seu acervo permanente em 1979.<sup>4</sup>

O acervo do Deip-DEI é composto por um conjunto variado de documentos, como prontuários funcionais, folhas de frequência, discursos, notas, editais e vários volumes de pautas de serviço da Agência Nacional, encarregada de produzir e distribuir notícias de interesse do governo para todos os jornais do estado e do Brasil. Há ainda informes sobre grandes eventos e até mesmo convescotes da sociedade paulista, bem como tabelas de preços de produtos controlados, notas de falecimento, processos de pagamento por matérias publicadas e listas de colaboradores do regime.

Outro acervo do Estado Novo, acumulado pela Secretaria de Governo e recolhido em 1980, foi o do Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo (CEE), entidade criada em 1938 para estimular a produção agrícola e industrial.<sup>5</sup> Presidido por importantes empresários paulistas, como o engenheiro Roberto Simonsen, o acervo do CEE é composto por pareceres, atas de reunião, ofícios e processos, abordando assuntos de interesse dos setores industriais, agrícolas e financeiros do estado, como o imposto sobre a indústria, a aplicação das leis trabalhistas, a falta de carvão e o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade.

O fato de esses dois órgãos (Deip-DIP e CEE) estarem subordinados à Secretaria de Governo não é de modo algum acidental: esta instituição também foi remodelada para atender às necessidades do novo regime.<sup>6</sup> Criada em 1931 e reformada em 1939, para dar conta do acréscimo extraordinário de serviço provocado pelo fechamento do Legislativo e pelo fortalecimento do Executivo estadual, essa secretaria ficou encarregada da coordenação das

---

1 Decreto n. 11.849, de 13 de fevereiro de 1941.

2 Decreto n. 16.328, de 18 de novembro de 1946.

3 Lei n. 185, de 13 de novembro de 1948.

4 Ofício 12/79, da chefe substituta da Seção de Pré-Arquivo, Gerda Nunes Davazo, encaminhando a documentação do Deip-DEI à Seção de Documentação Manuscrita da Divisão de Arquivo do Estado, do Apesp, em 10 de dezembro de 1979.

5 Decreto n. 9.527, de 19 de setembro de 1938.

6 Decreto n. 10.288, de 8 de junho de 1939.

reformas administrativas. Sob sua supervisão direta, também estavam a propaganda oficial e a força policial do estado, atenta a toda manifestação contrária ao regime.<sup>7</sup>

O Apesp possui em seu acervo séries completas de decretos-leis e atos dos interventores federais, além de uma pequena parte da correspondência dos seus secretários, detendo ainda os acervos pessoais de alguns dos interventores nomeados por Getúlio Vargas, entre eles o mais famoso: o médico de São Manuel, Ademar de Barros, que viria a se tornar duas vezes governador eleito do estado e prefeito da capital. Os biógrafos de Ademar contam que, até ser nomeado interventor, ele não passava de um político inexpressivo. Aproximando-se de apoiadores do novo regime e viajando com frequência ao Rio de Janeiro, Ademar não perdeu a oportunidade de se colocar à disposição de Getúlio na estância hidromineral de São Lourenço, saindo de lá nomeado interventor do estado de São Paulo. Em poucos anos, ele se tornaria um dos mais populares e prósperos políticos do estado (Beni, s.d.; Castro, 1960; Cotta, 2008).

O acervo de Ademar de Barros foi recuperado pelo jornalista Paulo Cannabrava Filho, contratado para organizar as comemorações do centenário de nascimento do ex-interventor, cuja família doou, em 2001, seus arquivos para o Apesp. Entre suas mais de vinte mil fotografias, estão retratos cuidadosamente produzidos, mostrando Ademar ao lado de obras e em desfiles de louvação ao regime, procurando sempre passar a imagem de um político moderno e arrojado, bem ao estilo da época. Do período da interventoria, Ademar manteve algumas páginas datilografadas de seus discursos no rádio, além de panfletos e partituras que cultivavam sua imagem como homem empreendedor e próximo da população.

Os documentos guardados por Ademar mostram que, sob a égide do Estado Novo, a população não deixou de se manifestar, mudaram apenas as formas de reivindicação, submetidas à lógica rígida da tutela e do controle estatal. Um documento singular dessa época, que faz parte do acervo do Apesp, é uma representação dos cidadãos do distrito de Bastos dirigida ao interventor federal em 1941, pleiteando sua transformação em município. Antes do golpe de 1937, documentos desse tipo eram encaminhados à Assembleia Legislativa, seguindo os procedimentos expressos na Constituição. Com o fechamento das assembleias, o trâmite para criação de municípios ficou concentrado nas mãos dos interventores. Assim, os empresários e moradores de Bastos encaminharam ao gabinete do interventor uma representação de 13 folhas datilografadas, que listava todos os progressos da comunidade, deixando patente sua capacidade de arrecadar impostos. Bastos era então parte do município de Campos Novos, na Alta Paulista, região que foi adquirida por uma sociedade colonizadora japonesa em 1928, motivo pelo qual os principais assinantes da representação eram empresários japoneses naturalizados.<sup>8</sup>

---

7 Relatório apresentado ao Exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, presidente da República, pelo dr. Ademar Pereira de Barros, interventor federal em São Paulo, 1938-1939. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, p. 18-21.

8 Disponível em: <[www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/documentos\\_em\\_foco/bastos](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/documentos_em_foco/bastos)>. Acesso em: 24 abr. 2017.

Um detalhe importante a respeito desse documento é que ele foi doado ao Apesp pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que o encontrou junto à documentação do seu pai, o general Leônidas Cardoso, o qual, na época, era major e servia no QG da 2ª Região Militar. Provavelmente, fora encaminhado às autoridades militares, porque moravam na região doze mil japoneses, o que configurava, naquele momento, uma questão de segurança nacional. De todo modo, Bastos tornou-se município e, alguns meses depois, vários cidadãos nascidos no Japão, inclusive os signatários da representação, foram presos pela Delegacia de Ordem Social acusados de atividades nocivas à “obra de nacionalismo em que estava empenhado o governo brasileiro”.<sup>9</sup> Entre as atividades nocivas, estava uma escola para crianças que ensinava a língua japonesa.

A prisão dos japoneses de Bastos e de outras centenas de imigrantes, simpatizantes ou não das nações do Eixo, está documentada nos prontuários e inquéritos do Deops-SP, que foi recolhido ao Apesp em 1991 (Aquino, 2001). Embora criado por lei em 31 de dezembro de 1924, esse órgão foi transformado em departamento durante o Estado Novo, podendo ser apontado como mais uma instituição totalmente reformulada para servir ao novo regime. Até o início da década de 1930, o Dops, como era mais conhecido, não passava de uma delegacia especializada que vigiava portas de fábrica, fichava operários e prendia anarquistas. Em 1934, a polícia político-social do estado foi reestruturada em uma superintendência, sob a qual passaram a operar três delegacias especializadas: a de Ordem Política, a de Ordem Social e a de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições.<sup>10</sup> Com isso, informa um relatório arquivado na diretoria-geral da Secretaria de Segurança Pública, “formou-se uma frente única, que se opôs com vantagem à frente única das esquerdas”, composta por comunistas, socialistas, anarquistas e “políticos decaídos”, reunidos em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL).<sup>11</sup> O relatório afirma que esse grupo, “momentaneamente irmanado”, pretendia assaltar o poder, justificando a criação da Superintendência de Ordem Política e Social como uma antecipação a essa ameaça.

“A melhor prova de que foi vantajosa a criação da Superintendência”, prossegue o relatório, “está no fato de não ter havido em São Paulo, desde o início do seu funcionamento, nem sequer uma perturbação de caráter geral, produzida por elementos subversivos, quer de cunho político, quer de cunho social, não obstante a capital ser o maior parque industrial da América do Sul”.<sup>12</sup> Em 1940, o regime já havia institucionalizado suas práticas de vigilância em nome da unidade nacional e da construção de uma sociedade una e coesa. Às Delega-

---

9 Ver prontuário n. 8.342 – Niponismo, onde a cidade de Bastos é considerada “o maior quisto nipônico no estado”; e o prontuário n. 46.360, que investigou o funcionamento clandestino de escolas japonesas em São Paulo. Acervo do Deops-SP. Apesp.

10 Decreto n. 6.885, de 29 de dezembro de 1934.

11 Prontuário n. 10 da diretoria-geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com uma minuta de relatório sobre o funcionamento e a organização da Superintendência de Ordem Política e Social, em papel timbrado, mas sem data ou assinatura. Pelo papel e capa, o processo deve ser de 1938 ou 1939. Apesp.

12 Idem.

cias de Ordem Política, Ordem Social e de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições, somou-se a Delegacia Especializada de Estrangeiros, criada em 1938 para controlar e vigiar a entrada e a movimentação de imigrantes no estado. Além das delegacias especializadas, a superintendência passou a contar com uma série de órgãos de apoio, como o Serviço Secreto, a Seção de Expediente e a Polícia Especial.<sup>13</sup>

O Deops-SP representa talvez um dos órgãos mais solidamente imbuídos dos valores implantados pelo Estado Novo, como vigilância, racionalização do trabalho e defesa da nacionalidade, qualidades exaltadas pelo então chefe de polícia, João Carneiro da Fonte, em seu relatório ao interventor federal, no qual ele atribui ao novo regime a descoberta do

verdadeiro sentido de finalidade da nossa polícia político-social – o estado de vigilância, meditada e consciente, disciplinada e disciplinadora em torno das agremiações humanas, a fim de que se proporcionasse ao país uma era de realizações dentro de um ambiente de paz e trabalho, indispensável para que prossigamos na firme diretriz do progresso, que é nosso caminho e o nosso orgulho.<sup>14</sup>

Enquanto a administração pública estadual passava por um quadro de reformas para torná-la mais racional e moderna, o Apesp definhava. Criado em 1892 com o nome de Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, para recolher documentos históricos dispersos por diversas instituições públicas, abrigar os processos findos das novas secretarias e coligir estudos estatísticos para o governo paulista, o órgão viveu momentos de intenso trabalho.<sup>15</sup> Apesar do problema de espaço para receber documentos e da quantidade insuficiente de funcionários, foi produzido um número expressivo de publicações. Suas transcrições de inventários e testamentos transformaram o conhecimento sobre o modo de vida na São Paulo colonial (Iglésias, 2000, p. 174-176). Igualmente, foi graças ao seu acervo que o governo definiu as divisas entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, baseando-se em documentos guardados desde a criação da capitania.<sup>16</sup>

Historicamente, os arquivos são instituições a serviço da administração. Assim é desde a Antiguidade e especialmente a partir da Idade Moderna, quando as monarquias europeias transformaram seus acervos em ferramentas de governo (Dávila Oliveda, 2010). A Repartição de Estatística e Arquivo do Estado manteve essa tradição, mas se dedicou também à custódia e difusão dos documentos históricos que exaltavam a identidade da “pátria paulista”. Após a Revolução de 1930, seu orçamento foi bastante afetado e a instituição acabou sendo trans-

---

13 Decreto-lei n. 11.782, de 30 de dezembro de 1940.

14 Relatório das atividades da polícia civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. sr. dr. Ademar Pereira de Barros, interventor federal no estado, pelo chefe de polícia, dr. João Carneiro da Fonte. São Paulo: Tipografia do Gabinete de Investigações, 1940, p. 43.

15 Decreto n. 30, de 10 de março de 1892.

16 *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e os costumes de S. Paulo*, vol. XI. Divisas de S. Paulo e Minas Gerais, 1896. São Paulo: Tipografia a Vapor Espíndola, Siqueira & Comp., 1896.

ferida para a Secretaria da Educação e Saúde, tornando-se uma espécie de depósito de documentos. Em 1936, o governador Armando Sales de Oliveira cria o Departamento Estadual de Estatística, com o propósito de coordenar e regular a produção de dados estatísticos em São Paulo, que estava praticamente paralisada desde 1931.<sup>17</sup> Com isso, a Repartição perdeu a maior parte dos seus recursos e funcionários. Nesse mesmo ano, o governador sancionou uma lei destinando ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) uma verba polpuda de 250 contos de réis para produzir as publicações da Repartição, restaurar seus documentos e encaminhá-los ao Museu Paulista.<sup>18</sup> Essa medida teve uma repercussão bastante negativa, gerando um debate acalorado nos jornais.

Em janeiro de 1938, quando o IHGSP apresentou os resultados do seu contrato com o estado, Djalma Forjaz, diretor aposentado da Repartição, escreveu para o jornal *Estado de São Paulo* esclarecendo que as publicações do instituto tinham sido, na verdade, produzidas a duras penas pelos funcionários daquela, mas que, em virtude da carência de verbas, não puderam ser publicadas.<sup>19</sup> A carta do antigo diretor provocou uma resposta agressiva do ex-deputado Paulo Duarte, sócio do IHGSP e presidente do seu conselho técnico, que chamou Djalma de “diretor desinteressado e inútil”.<sup>20</sup> Em apoio ao ex-diretor manifestaram-se os funcionários da Repartição, bem como o diretor do Museu Paulista, Afonso de Taunay.<sup>21</sup> Por fim, em editorial, o *Correio Paulistano* declarou sua discordância com um contrato que sonegava recursos a um órgão público, subvencionando um ente privado para executar as atribuições do referido órgão.<sup>22</sup> Em suas memórias, Paulo Duarte declara que pretendia apenas “levantar o instituto da miséria em que se encontrava”, buscando meios de sustentar e remover o IHGSP (Duarte, 1977, p. 103).

O contrato com esse instituto acabou rescindido e, em 1 de julho de 1938, Ademar de Barros altera a denominação da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado para Departamento do Arquivo do Estado. No decreto que reestrutura o órgão, o interventor explica que, “enquanto não se criar o Arquivo Geral do Estado, com organização técnico-científica definitiva, em prédio próprio e instalações adequadas”, o agora chamado Departamento do Arquivo do Estado permanecerá responsável por suas antigas atribuições, na prática cuidar do seu acervo.<sup>23</sup> Para dirigir o departamento, Ademar nomeou o jornalista João Lelis Vieira, cronista do *Correio Paulistano*, órgão oficial do governo do estado de São Paulo.

Católico praticante e militante, Lelis Vieira, de 58 anos, era graduado pela Faculdade de Filosofia de São Bento e membro de diversas agremiações culturais, entre elas o IHGSP. Em

---

17 Decreto n. 7.838, de 9 de setembro de 1936.

18 Lei n. 2.800, de 28 de dezembro de 1936.

19 *O Estado de São Paulo*, 2 de janeiro de 1938.

20 *O Estado de São Paulo*, 3 de janeiro de 1938.

21 *Correio Paulistano*, 5 de janeiro de 1938.

22 *Correio Paulistano*, 8 de janeiro de 1938.

23 Decreto n. 9.285, de 1 de julho de 1938.

sua coluna no *Correio Paulistano*, ele atacava o divórcio, o espiritismo, a mulher moderna, o jazz, o futebol e tudo que, na sua ótica, contribuía para o enfraquecimento dos valores cristãos, adotando um posicionamento pessimista diante do progresso. As posições conservadoras do novo diretor não surpreendiam, pois antes de trabalhar no *Correio*, Lelis Vieira ganhou certo prestígio escrevendo na revista *Ave Maria* (Gonçalves, 2009, p. 218-242).

Em um relatório para o diretor, sobre as condições de trabalho no então Departamento do Arquivo do Estado, o arquivista chefe da Seção de Arquivo Histórico, Antônio Paulino de Almeida, assinalou que a reorganização do arquivo “tudo deixou a desejar” e, de certa maneira, veio até mesmo a dificultar os trabalhos internos, devido à supressão de funcionários. Paulino de Almeida informou ao seu superior possuir apenas três auxiliares efetivos para cuidar de toda catalogação, organização, transcrição, publicação de fontes e atendimento aos consulentes. O arquivista termina sua exposição dizendo que, para preencher os fins para os quais foi criada, a instituição necessitava de “uma verdadeira reforma”.<sup>24</sup>

Os relatórios do diretor do arquivo, por sua vez, costumavam distribuir elogios ao “benemérito governo de Sua Exa., o sr. dr. Ademar de Barros”, apontando os “grandes impulsos” que a instituição vinha tendo, como a aquisição de quatro fichários de aço, dois tapetes para a sala do diretor, dois aspiradores de pó, a colocação de um abajur no hall e uma estufa elétrica para desinfecção de documentos.<sup>25</sup> Ainda assim, parece que o arquivo saiu da paralisia e, com uma pequena verba para publicações, voltou a difundir seu acervo. Empenhado nessa divulgação, Lelis Vieira utilizava seu espaço no *Correio Paulistano* para publicizar alguns documentos de interesse “dos que patrioticamente se dedicam a investigações do passado”.<sup>26</sup> Sempre solícito e entusiasmado com os rumos do país, o jornalista assegurava ao secretário da Educação que mesmo “com os recursos existentes [...] estamos aqui desenvolvendo o máximo de esforço para acompanhar o ritmo de operosidade que vai por todos os ângulos das atividades públicas”.<sup>27</sup>

Porém, a partir de 1944, os problemas do Departamento do Arquivo do Estado (ou apenas Arquivo do Estado, como era mais conhecido) se agravaram. Em março, o prefeito assinou um decreto aprovando o projeto de alargamento das ruas centrais da capital, ficando declarados de utilidade pública os imóveis necessários à sua execução. Assim, o diretor da instituição é obrigado a procurar um novo prédio para abrigar o acervo. Até deixar sua diretoria em 1947, convidado pelo governador eleito, Ademar de Barros, para assumir o Departamento de Cultura da prefeitura, Lelis Vieira procurou um novo imóvel, negociou com locadores e solicitou de todas as formas auxílio do governo do estado (Amaral, 1974). Em 1949, o arquivo foi desalojado e seu acervo distribuído por três armazéns, deixando de fun-

---

24 Relação dos trabalhos executados durante o ano de 1938 pela Seção de Arquivo Histórico, 18 de fevereiro de 1939. C9988. Apesp.

25 Cópia da exposição dos trabalhos executados pelo Departamento do Arquivo do Estado. 1941. C9988. Apesp.

26 Cópia de ofício do diretor do Departamento de Arquivo para o secretário da Educação, de 24 de janeiro de 1944. C9988. Apesp.

27 Idem.



cionar da noite para o dia.<sup>28</sup> Os jornais classificaram a operação de “vendaval de insânia”,<sup>29</sup> mas graças ao zelo dos seus funcionários, que embalaram os documentos, acompanharam seu transporte e, mesmo sem mesas ou cadeiras, ficaram meses frequentando os depósitos para cuidar da documentação, o acervo do Arquivo do Estado manteve-se íntegro e a salvo.<sup>30</sup>

Em uma análise mais abrangente, o infortúnio da instituição não ocorreu ao acaso. Seu desprestígio e consequente desmonte foram decorrentes de uma política que afastou os arquivos públicos da administração, tornando-os improdutivos. A centralização política, o autoritarismo e a modernização vinda do alto se impuseram sobre esses órgãos.

Em 1938, Getúlio Vargas criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) para instituir em todo o país um modelo de gestão voltado para a industrialização e o desenvolvimento econômico nacional, capaz de implementar as diretrizes almejadas (Bariani, 2010). Possuidor de imensos poderes, o Dasp funcionava como um superórgão, ligado diretamente à Presidência da República e com ramificações por todos os estados. Esse órgão esvaziou parte das atribuições dos arquivos públicos, instituindo normas e procedimentos para a produção e guarda de documentos. Essas normas valorizavam o acúmulo de material administrativo, mantido em centros de documentação, em oposição àquele depositado nos arquivos públicos, considerado de interesse remoto. Os dois “tipos de documentação” não se comunicavam, nem conversavam.

Na *Revista do Serviço Público*, do Dasp, a servidora Ibany da Cunha Ribeiro explica a diferenciação do material mantido pelos serviços de documentação daquele encontrado nos arquivos públicos:

Os arquivos são órgãos incumbidos da coleção e guarda de papéis e documentos – o seu caráter é, sobretudo, histórico. Os serviços de documentação têm o caráter essencialmente ativo, dinâmico, enquanto aqueles são depósitos de interesse remoto e de consultas raras (Ribeiro, 1964, p. 32).

Contrapondo dinamismo à estagnação, a *Revista do Serviço Público* reforçava o estereótipo de depósito de papel velho lançado sobre os arquivos públicos, em oposição aos centros de documentação implantados pelo Dasp. Estes, criados em 1940, eram os locais para onde deveria escoar todo o material produzido pela administração civil, juntamente a livros, revistas, textos legais, mapas e publicações diversas.<sup>31</sup> Eram grandes instituições acumuladoras de informação – baseadas no conceito de documentação do belga Paul Otlet –, às quais competia reunir, ordenar, classificar, guardar, conservar e publicar textos referentes às ativi-

---

28 *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 15 de dezembro de 1949.

29 *A Noite*, 27 de dezembro de 1949; relatório da chefe substituta da Seção Histórica, Maria da Glória Amaral Silveira, s.d. C9960. Apesp.

30 *Folha da Noite*, 18 de março de 1952.

31 Decreto-lei n. 2.039, de 27 de fevereiro de 1940.

dades do Dasp, fornecendo ao DIP material para divulgação dos trabalhos de interesse da administração pública (Lopes, 1964).

Para gerir e controlar essa massa documental, foram criadas carreiras singulares, como as de documentalista e arquivologista, equiparando os arquivistas existentes aos escriturários e datilógrafos (Rodrigues, 1959; Venâncio, 2013). Dando apoio a esse trabalho, os manuais do Dasp difundiam técnicas de fichamento e organização de arquivos correntes, valorizando a concentração de informações e documentos dentro dos órgãos produtores (Torres, 1944). Nos anos de 1940, muitos ministérios e secretarias de Estado adotaram essas práticas, adquirindo móveis e utensílios de escritório e produzindo grandes depósitos de documento. Foi nessa época que a polícia paulista e o Deops-SP reestruturaram seus arquivos, revelando a utilidade de algumas dessas práticas. Em 1940, a Superintendência de Ordem Política e Social estabeleceu uma seção de expediente, anexa ao gabinete do superintendente, responsável pelo controle de movimentação e pelo arquivamento de praticamente todos os papéis produzidos pelo órgão.

No decreto que regulou o expediente administrativo da superintendência, há um artigo minucioso definindo as regras para o seu arquivo geral, detalhando a forma de produção e organização dos prontuários e fichas.<sup>32</sup> Seguindo uma determinação da Repartição Central de Polícia, a superintendência passou a empregar um sistema de arquivamento chamado *Numeralfa Roneo*, de origem inglesa e adotado por museus, universidades e bancos (Dorlay, 1978). O sistema *Roneo* era um desdobramento de outros métodos de arquivamento, permitindo uma expansão ilimitada e a recuperação parcial de informações, classificadas por assunto, sítio ou outro tópico (Torres, 1944, p. 31-32; Paes, 2004, p. 92-95). A existência de um arquivo racionalmente organizado e equipado permitiu ao Deops-SP produzir um número extraordinário de fichas, que eram o principal instrumento de recuperação das informações obtidas por intermédio de investigações, interrogatórios e uma rede de informantes espalhados por sindicatos, clubes e pelas ruas da cidade, ouvindo e transmitindo os sentimentos do povo nas filas de ônibus.

Todas as informações coletadas pela polícia através dos seus agentes eram arquivadas e cuidadosamente fichadas. Um observador que visitou São Paulo em 1950 descreveu o fichário do Deops como um dispositivo “meticulosamente elaborado”, podendo ser definido como a “chave-mestra” do serviço de vigilância. Graças às suas informações, a polícia política paulista estaria preparada para, “em períodos mais conturbados, de ameaça às boas normas estabelecidas, oferecer elementos seguros e precisos para a sua imediata repressão”.<sup>33</sup>

Nesse cenário, os arquivos públicos foram associados aos institutos históricos e geográficos como meros depositários de documentação antiga e um ônus para o Estado. Por outro lado, os ministérios e secretarias acumularam uma massa documental que custou caro à

---

<sup>32</sup> Artigo 18 do decreto n. 11.782, de 30 de dezembro de 1940.

<sup>33</sup> Relatório: observações sobre os serviços policiais do Distrito Federal e estado de São Paulo. Produzido por Milton Vilas Boas. Junho de 1950, p. 82. [50-Z-30]. Acervo do Deops-SP. Apesp.

máquina pública e ao cidadão, que não tinha acesso às informações que lhe diziam respeito. Na raiz desse processo, estava um regime que restringia a liberdade e diversos direitos. O historiador Adriano Duarte (1999) é enfático ao afirmar que o Estado Novo não representou apenas uma limitação da participação política e uma restrição ao exercício da cidadania. O que ele fez foi impossibilitar um universo de direitos, delimitando e circunscrevendo a vida dos seus cidadãos. Num ambiente assim, os arquivos não podiam ser acessíveis, nem se deveria fomentar sua livre consulta. José Honório Rodrigues (1978) conta que, até ele assumir a direção do AN em 1958, ninguém consultava seus documentos sem requerer autorização ao diretor. Nem o fichário do acervo era acessível ao consulente.

O professor Paulo Sérgio Pinheiro considera que “o autoritarismo não tem memória”, porque a única versão que conta é a oficial, difundida pelos seus órgãos de propaganda. Assim, continua o professor,

não é necessário que os historiadores e os pesquisadores tenham acesso à documentação oficial, aos papéis do Estado, porque uma única versão, a da dominação, é a que conta. Quem pretende propor visões alternativas às interpretações triunfalistas se torna dissidente e, automaticamente, suspeito. Em consequência, os cronistas são mais bem-vindos que os historiadores. Nada de complexidades, a compreensão deve ser linear. A harmonia deve prevalecer (Pinheiro, 1985, p. 17).

O legado do Estado Novo para os arquivos públicos foi exatamente esse, o de apagamento da memória e exaltação do presente. Em nome do progresso e da harmonia, limitaram-se a cidadania e o acesso aos documentos produzidos e acumulados pelo Estado. José Honório Rodrigues foi o primeiro a denunciar esse legado, se empenhando para transformar o AN em um arsenal da administração, ao mesmo tempo em que assegurava à população as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação. Durante sua gestão, Rodrigues promoveu a vinda de peritos estrangeiros para avaliar os problemas gerados pelo acúmulo indiscriminado de documentos nos órgãos produtores e as possíveis soluções no sentido de reavivar as funções da instituição. Theodore R. Schellenberg, um dos técnicos convidados, apregou o conceito de ciclo vital dos documentos, articulando seu tratamento desde sua produção até sua eliminação ou encaminhamento para um arquivo permanente. Esse conceito projetava um fluxo contínuo do material, revitalizando os arquivos públicos em favor da preservação e do acesso ao patrimônio documental do país (Silva, 2002).

Em 1953, o Arquivo Público do Estado foi transferido para o prédio de uma antiga fábrica de tapetes, reformada para abrigar seu acervo histórico. No ano seguinte, sua direção elaborou um anteprojeto de lei que reorganizava as funções do Departamento do Arquivo do Estado, transferindo-o para a Secretaria de Governo.<sup>34</sup> O anteprojeto acabou sendo ar-

---

34 Relatório de atividades do Departamento do Arquivo do Estado durante o ano de 1953 e seu programa para o ano de 1954, p. 17. C9988. Apesp.

quivado e a instituição permaneceu na Secretaria da Educação. É bastante significativo que a mudança de regime não tenha alterado a realidade dos arquivos públicos, nem a imagem deles perante a administração. O peso do Estado Novo na máquina pública deixou marcas profundas e a investigação de suas consequências conduz-nos à questão do acesso à memória e aos documentos produzidos pelo Estado, e mais do que isso: ao papel dos arquivos na sociedade. Trata-se de uma questão ainda pouco estudada, que deveria congrega historiadores e arquivistas para compreender como o passado é preservado dentro das instituições públicas e qual o papel do Estado nessa ação. Um tema que implica tomar uma posição ativa diante do nosso presente e futuro.

## Referências bibliográficas

- AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo; Secretaria da Cultura, Esportes e Turismo, 1974.
- ANDREWS, Christina W.; BARIANI, Edison (org.). *Administração pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: Unifesp, 2010.
- AQUINO, Maria Aparecida de et al. (org.). *No coração das trevas: o Deops-SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.
- BARIANI, Edison. Dasp: entre a norma e o fato. In: ANDREWS, Christina W.; BARIANI, Edison (org.). *Administração pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: Unifesp, 2010. p. 39-62.
- BENI, Mário. *Ademar*. São Paulo: Grafikor, s.d.
- BERNER, Richard C. *Archival Theory and Practice in the United States: a Historical Analysis*. Seattle: University of Washington Press, 1983.
- CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Ademar de Barros: trajetória e realizações*. São Paulo: Terceiro Nome, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.
- CASTRO, Viriato de. *Ademar: o ex-leão de S. Manoel*. São Paulo: Palácio do Livro, 1960.
- COTTA, Luiza Cristina Villaméa. *Ademar de Barros (1901-1969): a origem do "rouba, mas faz"*. 2008. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.
- DÁVILA OLIVEDA, Alfonso. *Los archivos del Estado: qué son y como se tratan*. Gijón: Trea, 2010.
- DORLAY, J. S. *The Roneo Story*. Chatham: Roneo Vickers Limited, 1978.
- DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania & exclusão: Brasil, 1937-1945*. Florianópolis: UFSC, 1999.
- DUARTE, Paulo. *Memórias: ofício de trevas*, v. VI. São Paulo: Hucitec, 1977.
- FALCONE, Ugo. *Gli archivi e l'archivistica nell'Italia fascista*. Udine: Forum, 2006.
- GONÇALVES, Marcos. *As tentações integristas: um estudo sobre as relações entre catolicismo e política no Brasil (1908-1937)*. 2009. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná (UFP), 2009.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG; Ipea, 2000.

JOSÉ GENERELO, Juan; MORENO LÓPEZ, Angeles (coord.). *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial; Universidad de Valladolid, 1998.

LOPES, Luiz Simões. Documentação administrativa. In: DASP – Serviço de Documentação. *Diretrizes da documentação*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1964.

MUNDEN, Ken (ed.). *Archives and the Public Interest: Select Essays by Ernst Posner*. Chicago: Society of American Archivists, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Arquivos e democracia. In: DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO. *Documentos, por favor*. Sistema Estadual de Arquivos. São Paulo: Secretaria da Cultura; Imprensa Oficial, 1985.

RIBEIRO, Ibany da Cunha. Elementos de documentação. In: DASP – Serviço de Documentação. *Diretrizes da documentação*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1964.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

\_\_\_\_\_. A liberdade de informação e pesquisa. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 6, set./dez. 1978.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha et al. (org.). *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: AAB, 2014.

SILVA, Welder Antônio. *Retrospectiva da arquivística brasileira no século XX*. 2002. Monografia (Graduação em Arquivologia), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, 2002.

TORRES, Marcilio Vaz. *Vade-mécum do arquivista*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público; Imprensa Nacional, 1944.

TYRRELL, Ian. *Historians in Public: the Practice of American History, 1890-1970*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Uma trajetória interrompida: o Arquivo Nacional na legislação republicana, 1889-1937. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 26, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2013.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. Processos de informação da administração. In: JAMESON, Samuel H. *Administração de arquivos e documentos*. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

---

Recebido em 16/6/2017

Aprovado em 10/8/2017